



# CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ

CEP: 63960-000  
Telefone: (88) 3426-1212  
Rua: Raimundo Dias, 38 - Centro,  
Banabuiú - CE

www.camarabanabuiu.ce.gov.br

Câmara Municipal de Banabuiú

APROVADO

Em 02/06/25

Secretário(a)

## PROJETO DE INDICAÇÃO DE LEI 03/2025

Lido

Em: 02/06/25

Secretário(a)

Dispõe sobre a ampliação da licença-maternidade e da licença-paternidade concedidas aos servidores públicos municipais de Banabuiú e dá outras providências, com base na Constituição Federal, na Lei Federal nº 11.770/2008 (Programa Empresa Cidadã), na Lei Federal nº 13.257/2016 (Lei da Primeira Infância), no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde.

**A VEREADORA CLARICE FERREIRA MACIEL**, no uso de suas atribuições legais contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Banabuiú, apresenta o projeto de indicação de lei para apreciação do plenário:

**Art. 1º** Fica indicada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a elaboração de projeto de lei visando à ampliação:

- I – da licença-maternidade das servidoras públicas municipais de Banabuiú, de 120 (cento e vinte) dias para 180 (cento e oitenta) dias;
- II – da licença-paternidade dos servidores públicos municipais de Banabuiú, de 5 (cinco) dias para 20 (vinte) dias consecutivos.

**Parágrafo único.** Os dias adicionais previstos nesta indicação deverão ser custeados diretamente pelo Município de Banabuiú, considerando que os períodos originais estão sob responsabilidade do regime previdenciário vigente.

**Art. 2º** A ampliação de que trata o artigo anterior deve ser concedida com a devida remuneração e contemplará:

- I – Servidoras gestantes, adotantes ou que obtenham guarda judicial de criança;
- II – Servidores pais biológicos, adotantes ou guardiões legais de criança.

**Art. 3º** A medida deverá ser incorporada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais mediante alteração legislativa, conforme competência do Poder Executivo Municipal.

**Art. 4º** A proposta deverá observar o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), contendo a estimativa do impacto





# CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ

CEP: 63960-000

Telefone: (88) 3426-1212

Rua: Raimundo Dias, 38 - Centro,  
Banabuiú - CE

[www.camarabanabuiu.ce.gov.br](http://www.camarabanabuiu.ce.gov.br) @cmbanabuiuce

orçamentário-financeiro, com previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou em créditos adicionais.

**Art. 5º** Esta indicação justifica-se com base nos princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral da criança, e da valorização da maternidade e da paternidade, conforme garantidos nos arts. 1º, III; 6º; 7º, XVIII; e 227 da Constituição Federal.

**Art. 6º** A presente indicação visa a contribuir com políticas públicas de promoção da saúde materno-infantil e de fortalecimento dos vínculos familiares, seguindo exemplos de boas práticas já adotadas por diversos entes da federação.

**Art. 7º** Encaminhe-se a presente indicação ao Chefe do Poder Executivo Municipal para análise e providências.

Banabuiú - Ceará, em 29 de maio de 2025

*Clarice Ferreira Maciel*  
**CLARICE FERREIRA MACIEL**  
Vereadora (2025-2028)





**PROJETO DE INDICAÇÃO DE LEI 03/2025**

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição visa ampliar a licença-maternidade das servidoras públicas do Município de Banabuiú de 120 para 180 dias, e da licença-paternidade de 5 para 20 dias, assegurando maior proteção à saúde da mãe, do pai e da criança nos primeiros meses de vida — período reconhecido pela ciência como essencial para o desenvolvimento integral do ser humano. Essa medida encontra forte respaldo em diversos instrumentos legais e sanitários:

- **Constituição Federal**, art. 7º, inciso XVIII, que prevê a licença-maternidade de no mínimo 120 dias, **permitindo sua ampliação** por legislação infraconstitucional;
- **Lei Federal nº 11.770/2008 (Programa Empresa Cidadã)**, autoriza a prorrogação das licenças maternidade e paternidade no setor público;
- **Lei Federal nº 13.257/2016 (Lei da Primeira Infância)**, que estabelece a prioridade absoluta do Estado no atendimento à criança de 0 a 6 anos e recomenda a formulação de políticas públicas que considerem a relevância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento infantil;
- **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)**, art. 4º, que assegura o direito à vida e à saúde com absoluta prioridade;
- **Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde**, que recomendam a amamentação exclusiva até os seis meses de idade, contribuindo para a redução da mortalidade infantil e a melhora da imunidade.

O vínculo materno estabelecido nesse período é essencial para o desenvolvimento emocional da criança e, portanto, para uma sociedade mais saudável, estável e justa. Servidoras que adotam ou obtêm guarda de crianças também devem ser contempladas, respeitando o princípio da igualdade de tratamento e a proteção integral das crianças, independentemente da forma de chegada à família.

A ampliação da licença-paternidade também é essencial, pois reforça a presença e o envolvimento do pai nos cuidados iniciais da criança, contribuindo para a equidade de gênero e fortalecimento da família.

Diversos municípios brasileiros já adotaram essas medidas, que se mostraram eficazes tanto para o bem-estar infantil quanto para a valorização dos servidores públicos.

Portanto, solicito aos nobres pares a aprovação deste projeto de indicação e conto com a sensibilidade do Poder Executivo Municipal para que essa sugestão se concretize em benefício dos servidores públicos e de suas famílias.

*Clarice Ferreira Maciel*  
**CLARICE FERREIRA MACIEL**  
Vereadora (2025-2028)